

O calote na dívida interna pode prejudicar as finanças públicas

GAZETA MERCANTIL

9 NOV 1989

Fernando Collor de Mello

Entre os vários fantasmas que assombram a economia brasileira, alguns assustadores e outros nem tanto, identifica-se uma dupla que em caso de materialização representa um perigo real para o País: calote da dívida interna e hiperinflação.



Nomeia-se a dupla porque uma eventual moratória ou renegociação da dívida interna deixa em aberto o risco da hiperinflação. Ocorre que boa parte dos recursos privados que financiam essa dívida pública tem contrapartida na esfera da produção, já que a espiral inflacionária obriga as empresas a administrarem seus fluxos de caixa por meio de operações no mercado aberto. Do montante de recursos disponíveis no mercado, não se pode definir com rigor qual é a porção que mantém o setor produtivo em funcionamento, e qual a fatia que representa simples poupança financeira em giro especulativo.

Um confisco dessas disponibilidades financeiras pode trazer consequências desastrosas para a economia. A simples existência de liquidez imediata sobre uma grande massa de recursos já dificulta a execução de uma política monetária e torna vulnerável qualquer programa de estabilização.

O calote da dívida interna traria efeitos danosos também para as finanças públicas. Passado o alívio de curto prazo, o governo se veria às voltas com a dificuldade de financiar seus gastos pela emissão de novos títulos. A História mostra que, em casos de rompimento unilateral dos contratos, o retorno do governo ao mercado demandou prazos de dez a vinte anos.

A solução está, portanto,

em cortar o mal pela raiz e não simplesmente em anestesiar seus sintomas. A dívida interna nada mais é que a consequência do desequilíbrio das contas do governo. Este desequilíbrio é o mal que precisa ser combatido de imediato, com instrumentos cirúrgicos, ao mesmo tempo em que se ministra um tratamento homeopático ao perfil da dívida pelo alongamento na margem dos títulos públicos.

Intervenções do tipo cirúrgico são sempre delicadas, e nesse caso o grande perigo está em que o corte dos orçamentos públicos sacrifique os investimentos e provoque efeitos recessivos.

É absolutamente necessário, para evitar danos maiores à castigada economia brasileira, que as medidas adotadas para zerar o déficit público tenham o menor efeito recessivo possível, e que os cortes sejam destinados principalmente às despesas correntes do governo. Se houver necessidade complementar de reduzir despesas de investimentos, que se proceda de maneira seletiva, sem atingir áreas prioritárias e pontos passíveis de comprometer o crescimento econômico do País. Concluída essa operação emergencial, então será possível administrar e controlar a dívida interna, de forma a evitar que ela continue crescendo.

O equilíbrio das contas do governo depende de um elenco de ações complementares.

Ação mais óbvia e urgente é proceder a uma reforma fiscal que implique a revisão dos incentivos e subsídios e a recuperação da carga tributária líquida mediante a universalização dos impostos — hoje concentrados na classe média assalariada — e o combate à sonegação.

A busca da eficiência na prestação do serviço público também é uma ação de curto prazo, desde que promovida uma ampla refor-

ma administrativa com enxugamento da máquina, incluindo a extinção de órgãos e ministérios.

A médio e longo prazo deve-se proceder a uma reforma patrimonial que promova o uso racional dos bens da União, com um programa de privatização de empresas estatais criando possibilidade para a participação acionária dos trabalhadores. Esse programa deve ser desenvolvido paralelamente ao estímulo de uma integração mais ativa da iniciativa privada em setores tradicionalmente controlados pelo Estado.

Finalmente, há que se discutir a renegociação da dívida externa. Nossos credores precisam entender que todos ganharão mais se o Brasil puder se equilibrar como um parceiro comercial ativo e líquido. Não é

possível conciliar crescimento produtivo e capacitação tecnológica com uma exportação da poupança interna nos níveis em que se tem verificado nos últimos anos.

Cabe ao próximo governo conduzir uma negociação externa que reduza o valor da dívida e modifique o seu perfil.

A adoção simultânea de um elenco de medidas saneadoras possibilitará a redução substancial do déficit público sem que o País seja conduzido a uma situação recessiva. As condições de sucesso são a vontade política firme e o respaldo da credibilidade popular.

Fernando Collor de Mello é ex-governador de Alagoas e candidato à Presidência da República pelo PRN.